heróis DA LIBERDADE:
PERSONAGENS e movimentos NA LUTA CONTRA A escravidão
LUTAS, MOVIMENTOS E PERSONALIDADES NEGRAS QUE FIZERAM A DIFERENÇA NA HISTÓRIA.
CONSELHO MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA
SECRETARIA DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS
Prefeitura de Pindamonhangaba
www.pindamonhangaba.sp.gov.br

"Heróis da Liberdade: personagens e movimentos de luta contra a escravidão", 2023.

Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Pindamonhangaba; Secretaria da Mulher, Família e Direitos Humanos por meio do Departamento de Direitos Humanos de Pindamonhangaba.
Permitida a reprodução de qualquer parte desta edição, desde que citada a fonte.

Autoria para esta edição:
Esta publicação foi construída pelo Departamento de Direitos Humanos e membros do Conselho da Comunidade Negra em conjunto do qual integram: representantes do poder público e da sociedade civil, professores da rede municipal e estadual, artistas, historiadores, juristas, gestores, afro-educadores, e que também compõe o conselho municipal.

Redação:
Ailton Ribeiro Nascimento – Professor e Mestre em História/ Coord. da Comissão de Memória, Verdade e Justiça de Pindamonhangaba do CMPDCN
Bianca Cristine da Silva Eduardo – Estagiária do Departamento de Direitos Humanos
Giovana Generoso Monteiro – Professora de História/ Membro da Comissão de Memória, Verdade e Justiça de Pindamonhangaba do CMPDCN
Gislene Alves – Professora e Mestre em História Social/ Membro da Academia Pindamonhangabense de Letras
Guilherme Alves Barbosa – Estudante de História/ Representante cadeira de Cultura Afro-brasileira do CMC
Juliana Vasques de Andrade – Estudante de História/ Vice-presidente Conselho Municipal de Cultura
Maria Aparecida Pedroso Rocha Pena – Pedagoga, professora, formada em Letras e Pedagogia, especialista em Gestão Pública, Gerenciamento de Cidades, Projetos e Direitos Humanos
Wagner Eduardo C. Souza – Professor e Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Revisão de texto:
Maria Aparecida Pedroso Rocha Pena – Pedagoga, professora, formada em Letras e Pedagogia, especialista em Gestão Pública, Gerenciamento de Cidades, Projetos e Direitos Humanos
Daniela Ramos da Silva – Pedagoga/Gestora de escola da rede municipal de Pindamonhangaba

Projeto gráfico: Departamento de Comunicação Prefeitura de Pindamonhangaba

Coordenação Editorial e de Produção:
Wagner Eduardo C. Souza - Presidente dos Conselhos de Cultura e da Comunidade Negra
Maria Aparecida Pedroso Rocha Pena – Diretora departamento Direitos Humanos de Pindamonhangaba.

Tiragem: 1ª edição – (maio/2023)

CONSELHO MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA DE PINDAMONHANGABA BIÊNIO 2023-2024

Diretoria
Presidente: Wagner Eduardo Conceição Souza
Vice-presidente: Rayane dos Santos Fidelix
Primeira-secretária: Évelyn Ana da Silva Xisto
Segundo-secretário: Luís Mauro Sérgio Aquino

Membros efetivos:
Gislene Alves, João Marcos Salgado do Amaral, Célio da Silva Júnior, Roberto Barboza, Gilma Souza Gomes Moraes, Stefane Santos de Almeida, Daniel Alves Monteiro, Hudson da Silva Geronymo, Daniela Ramos da Silva, Fabrício Dantas da Silva, Jeniffer Conceição Souza, Erika Fernanda Cândido, Gabriel Henrique Turibia Silvério, Guilherme Alves Barbosa, Márcia Auxiliadora de Oliveira e Suzete Patrícia da Silva.

SECRETARIA DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS DE PINDAMONHANGABA

Secretário - João Carlos Ribeiro Salgado
Secretário Adjunto - José Afonso Lobato (Pe. Afonso)
Diretora do Departamento de Direitos Humanos – Maria Aparecida Pedroso Rocha Pena
Diretora do Departamento da Mulher - Luciana Simonetti Garcia dos Santos
Diretora do Departamento da Pessoa com Deficiência - Letícia Aparecida de Souza Pedroso Bento

CMPDCN – Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra
Telefone: (12) 98134-2890
Instagram: @conselhodonegro
E-mail: comunidadenegra@pindamonhangaba.sp.gov.br

SEMUFADH – Secretaria da Mulher, Família e Direitos Humanos
Departamento de Direitos Humanos de Pindamonhangaba
E-mail: semufadh@pindamonhangaba.sp.gov,br
Endereço: Rua Dr. Gustavo de Godoy, 536 - Centro - CEP: 12400-102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 04

PRINCESA AQUALTUNE 05

INDEPENDÊNCIA DA BAHIA (CABOCLOS DE JULHOS) 06

REVOLTA DA BALAIADA 07

RAINHA DANDARA 08

DR. LUIZ GAMA 10

IRMÃOS REBOUÇAS 12

PRINCESA LUÍSA MAHIM 13

JOSÉ DO PATROCÍNIO 14

O DRAGÃO DO MAR E A REVOLTA DOS JANGADEIROS 15

REVOLTA DOS MALÊS 16

QUILOMBO DE CABO FRIO 17

RAINHA TEREZA DE BENGUELA 18

REVOLTA DE VASSOURAS 19

MARIA FIRMINA DOS REIS 20

ZUMBI DOS PALMARES 21

PRINCESA ZACIMBA GABA 22

CONCLUSÃO 23

INTRODUÇÃO

No Brasil, a história dos negros não é de simplesmente conveniência e inércia com a escravidão, pelo contrário, é uma história de muitas lutas. A resistência contra a escravidão ocorreu por meio de líderes e de movimentos. A luta contra as heranças desse tempo nem sempre nos foram apresentadas, ou pelo menos não de forma devida. Durante muito tempo, em nossa educação, existiu, e em alguns ambientes ainda persiste, uma supervalorização da história e cultura brancoeuropeia em detrimento das africanas. No entanto, conhecer a nossa história e, principalmente, a perspectiva do povo negro é o que nos permite compreender como o racismo funciona no país, possibilitando combatê-lo, além de valorizar a cultura negra tirando-a do lugar de folclore. Em 2003, foi criada a Lei 10.639, que estabelece o ensino obrigatórioda história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, visando informar sobre a importância histórica de pessoas negras como contribuintes com a economia, cultura e religião no Brasil. A implantação dessa e de outras leis e ações atreladas a elas desconstrói preconceitos que perpetuam durante muito tempo na sociedade brasileira e, nada melhor que a educação, por meio livros e ensinamentos, como ferramenta para construir uma sociedade muito mais justa e antirracista. É por isso que o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em conjunto com o Departamento de Direitos Humanos, cria esse livreto, com a finalidade de ser um instrumento que não se limite aos ambientes escolares, mas de apresentar para toda sociedade, lutas, movimentos e personalidades negras que fizeram a diferença na história e que a maioria dos livros de história não contam. Tudo isso, considerando nós negros como sujeitos e protagonistas das nossas próprias conquistas.

Professor Wagner Eduardo

PRINCESA AQUALTUNE

Estima-se que Alquatune Ezgondidu Mahamud, também conhecida como Alquatune do Reino de Nlanza, tenha vivido entre os séculos 16 e 17. Nascida no Reino do Congo, foi uma princesa guerreira congolesa, responsável por comandar um exército de 10 mil homens em sua terra natal contra o Reino de Portugal, na Batalha de Mbwuila (Ambuíla) (1665). Após perder a batalha, foi escravizada e trazida ao Brasil. Grávida, ela consegue fugir e se estabelece na região da Serra da Barriga, até então Pernambuco, onde ajudou a consolidar o Quilombo dos Palmares. A princesa teve 3 filhos: Ganga Zumba, Gana e Sabina, mãe do Zumbi. Os escritos da época não fazem nenhuma menção a ela, mas é mencionada na historiografia dos atacantes da comunidade palmarina.

Os historiadores não chegaram a um consenso sobre como ela morreu. Alguns afirmam que foi durante um incêndio provocado por invasores do Quilombo em 1677. Outros defendem que ela morreu de velhice. Controvérsias à parte, uma lenda africana diz que a princesa guerreira se tornou imortal, e que seu espírito passou a acompanhar os quilombolas de Palmares.

INDEPENDÊNCIA DA BAHIA (CABOCLOS DE JULHOS).

A Independência da Bahia foi um movimento separatista que ocorreu na província da Bahia, então parte do Império do Brasil, no dia 2 de julho de 1823. Esse movimento foi resultado de uma série de conflitos políticos entre as elites locais e a Coroa Portuguesa, que culminou em uma guerra de independência que durou cerca de um ano.

As raízes do movimento de independência na Bahia podem ser rastreadas no início do século XIX, quando a Coroa Portuguesa tentou restringir o comércio local e impor novas taxas sobre a região. Isso gerou uma série de protestos e revoltas, culminando, em 1821, na formação da Sociedade Patriótica da Bahia, um grupo de intelectuais e líderes políticos que defendiam a independência da província.

Na luta pela definitiva separação do Brasil de Portugal, brasileiros (brancos, negros, caboclos e índios) uniram-se para a consolidação da independência política do Brasil. Mártires e heróis destacaram-se nesse momento da nossa história, como: João das Botas, Corneteiro Lopes e Maria Quitéria de Jesus. Nossa heroína disfarçou-se de homem para combater ao lado dos soldados, marcando a nossa história com inúmeros atos de bravura e sendo a primeira mulher a combater nas fileiras do Exército Brasileiro.

Em 1822, a independência do Brasil foi declarada por Dom Pedro I, mas a Bahia foi declarada leal a Portugal. No entanto, em 1823, a Assembleia Constituinte, dominada pelos membros leais à Coroa Portuguesa, foi dissolvida pelo Imperador, o que levou a um aumento da tensão na região.

Mas, além de ser o símbolo dos heróis da Independência da Bahia, o caboclo evidencia outra face do Dois de Julho, grande influência religiosa.

"NASCE O SOL A 2 DE JULHO
BRILHA MAIS QUE NO PRIMEIRO
É SINAL QUE NESTE DIA
ATÉ O SOL É BRASILEIRO."
(HINO DA BAHIA)

REVOLTA DA BALAIADA

Raimundo Gomes, o Cara preta - um mestiço vaqueiro, em 1838, libertou seu irmão e demais da prisão, que estavam ali por condenação arbitrária governamental. Já Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, também era um resistente ao sistema opressor e injusto regente. Também lutava contra esse jugo, o negro Cosme, que conduzia um Quilombo. Juntos responderam à opressão, que envolveu cerca de 10 mil homens, entre negros e mestiços, escravizados e livres.

"O BALAIO CHEGOU!
CADÊ BRANCO!
NÃO HÁ MAIS BRANCO!
NÃO HÁ MAIS SINHÔ!"

Foram protagonistas contra uma ordem vigente, pungente, guerreiros que vislumbraram e se entregaram para a liberdade.
A Balaiada foi uma luta popular que contou com a participação de vaqueiros, escravizados e outros desfavorecidos no Maranhão durante os anos de 1838 e 1841.

RAINHA DANDARA

Descrita como uma heroína, Dandara dominava técnicas da capoeira e lutou ao lado de homens e mulheres nas muitas batalhas consequentes a ataques a Palmares, estabelecido no século XVII na Serra da Barriga, situado na então Capitania de Pernambuco em região do atual estado de Alagoas, cujo acesso era dificultado pela geografia e também pela vegetação densa.

Dandara foi uma guerreira do período colonial do Brasil, era esposa de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, com quem teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogíton. Não há registros do local onde nasceu, tampouco da sua ascendência africana. Relatos e lendas levam a crer que nasceu no Brasil e se estabeleceu no Quilombo dos Palmares quando criança. Dandara contrariava o modelo feminino do seu tempo. Além de executar serviços domésticos, plantava, trabalhava na produção de farinha de mandioca e caçava. Dominava técnicas de capoeira, empunhava armas e teria lutado ao lado de homens e mulheres nas muitas batalhas decorrentes de ataques a Palmares. Grande estrategista, auxiliava Zumbi na concepção dos planos de defesa do Quilombo. Segundo os relatos sobre essa heroína negra, a companheira de Zumbi não aceitava limites quando o que estava em jogo era a segurança do Quilombo e a eliminação do inimigo, tendo sido inclusive contrária à proposta de paz do Governo Português.

O documento previa que as autoridades libertassem palmarinos que haviam sido feitos prisioneiros em um dos confrontos. E também a liberdade dos nascidos em Palmares, além de permissão para realizar comércio. Em troca, a partir dali, os habitantes do Quilombo deveriam entregar escravos fugitivos que ali buscassem abrigo. Dandara, ao lado de Zumbi, teria sido contrária ao pacto por entender que se tratava de um acordo que não previa o fim da escravidão, ela acreditava ser um passo para a destruição da República de Palmares. Hoje referência no movimento negro e homenageada por grupos feministas, Dandara é exemplo de mulher forte, livre, mãe, companheira, líder e guerreira.
(Brasil ou África, c. 1654 — Capitania de Pernambuco, 6 de fevereiro de 1694) foi uma guerreira negra do período colonial do Brasil. Após ser presa, cometeu suicídio aos 40 anos se jogando de uma pedreira ao abismo para não retornar à condição de escrava.

"SOU FORTE. MEIO DOCE E MEIO ÁCIDA. EM ALGUNS DIAS ACHO QUE SOU FRACA. E BOBA. PRECISO DE UM LUGAR ONDE ENFIAR A CARA PRA ESCONDER AS LÁGRIMAS. AÍ PENSO QUE NÃO SOU TÃO FORTE ASSIM E COMEÇO A OLHAR PRA MIM. SOU FORTE SIM. MAS TAMBÉM CHORO. SOU GENTE. SOU HUMANA. SOU MANHOSA. SOU ASSIM..."

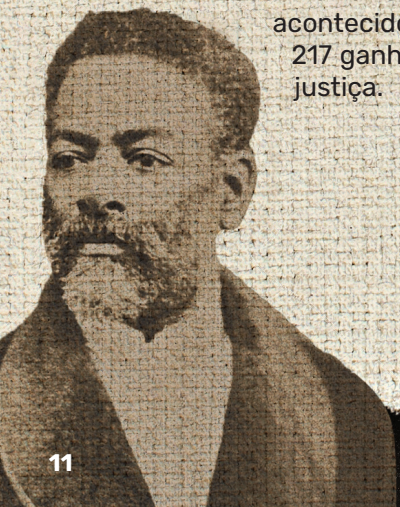
DR. LUIZ GAMA

Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu no dia 21 de junho de 1830, em Salvador - Bahia. Era filho de Luiza Mahin (africana trazida ao Brasil para ser escravizada, que mais tarde se tornou livre e participou de várias revoltas negras) e de um português que pertencia a uma das mais importantes famílias da Bahia.

Aos 10 anos, Luiz Gama foi vendido pelo próprio pai a um contrabandista do Rio de Janeiro, para pagar uma dívida de jogo. Foi revendido e passou por diversas cidades de São Paulo até ser levado ao município de Lorena. Aos 18 anos, conseguiu provas de sua liberdade, fugindo do cativeiro para a cidade de São Paulo. Um ano antes da fuga, aprendeu a ler e escrever, a partir desse momento se tornou um estudioso das letras.

Em 1850, tentou frequentar o Curso de Direito do Largo do São Francisco, hoje denominada Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Por ser negro, enfrentou a hostilidade de professores e alunos, mas persistiu como ouvinte das aulas. Não concluiu o curso, mas o conhecimento adquirido permitiu que atuasse na defesa jurídica de negros escravizados.

Em seu maior feito, Luiz Gama teve conhecimento, por meio de um jornal, da morte de um senhor de escravizados em Santos, que deixava explícito em seu testamento a vontade de libertar todos após sua morte. Gama logo foi atrás de descobrir se isto havia acontecido. Vendo que não, só parou quando todos os 217 ganhassem o direito à liberdade, após uma briga na justiça.



Usando também respaldo das próprias leis brasileiras, Gama atuava com base em brechas, que na prática eram muitas das vezes ignoradas. Um exemplo disso era a lei Feijó, assinada pelo império brasileiro por pressão da Inglaterra, que determinava que qualquer africano trazido ao país deveria ser libertado imediatamente. Mas isso não acontecia na prática, o contrabando era bastante comum no país. Essa distância entre o que estava na lei e a vida real fez com que a norma ganhasse o apelido de "lei para inglês ver". No entanto, por meio dessa mesma norma, Luiz Gama conseguia libertar pessoas contrabandeadas ao país depois dessa legislação.

Foi assim em Pindamonhangaba. Ele comprovou que treze negros eram de origem africana, portanto escravizados de forma ilegal e que, consequentemente, seus descendentes, outras cinco pessoas, por serem filhos de pessoas que deveriam estar livres, também assim deveriam estar. Foi a sua segunda maior ação, libertando 18 escravizados.

Gama faleceu em 24 de agosto de 1882, tendo contribuído, antes mesmo da promulgação da Lei Aurea, com a liberdade de mais de 500 escravizados. As causas eram diversas, muitas também envolviam negros que podiam pagar cartas de alforria, mas eram impedidos pelos seus senhores de serem libertos.

Além de advogado autodidata, orador e abolicionista, foi jornalista e um grande escritor. Em 2015, a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil confirmou seu título de Advogado. Em 2018, teve seu nome incluído no Livro dos Heróis da Pátria e, no mesmo ano, foi declarado o Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil.

"EU ADVOGO DE GRAÇA POR DEDICAÇÃO SINCERA À CAUSA DOS DESGRAÇADOS. NÃO PRETENDO LUCROS. NÃO TEMO REPRESÁLIAS".

IRMÃOS REBOUÇAS

Gaspar Pereira Rebouças, avô dos irmãos Rebouças, de Portugal, especificamente em Fontão, Viana do Castelo, migrou junto ao seu irmão Pedro para o Brasil em meados de 1770, quando tinha aproximadamente vinte e cinco anos, aportando-se em Salvador, Bahia. Gaspar era alfaiate, teve filhos com Rita Brasília dos Santos, uma escravizada liberta da cidade de Maragogipe. Provavelmente, Rita tinha ascendência, ao que tudo indica, do Norte da África, do Golfo do Benin (sudoeste da atual Nigéria). A então avó dos Irmãos pode ter tido, em sua genealogia, negros oriundos de grupos islamizados.

No início do século XIX, nascem os primeiros engenheiros do Brasil os primeiros negros a entrarem na Universidade foram os irmãos Rebouças. Esse caminho familiar e rompimento com o sistema de segregação dos negros da época, mesmo que tímido, foi um marco, entretanto a vida deles foram marcadas por percalços do preconceito sistêmico (jurídico e social da época). A importância de estudar a constituição familiar está justamente em suas motivações enquanto transformadores de seu tempo.

Se formaram na Europa e tiveram como especialização a urbanização com ênfase nas estradas. No Paraná, tiveram a importância tarefa de transformar a uma nova província.

Inicialmente, André permaneceu em Lisboa, com intensa atividade como jornalista correspondente do "The Times" de Londres. Porém logo transferiu-se para Cannes, na França, onde ficou até a morte de D. Pedro II.

Financeiramente arruinado, aceitou emprego em Luanda, na África, por pouco tempo, mudando-se posteriormente para Funchal, na Ilha da Madeira, em meados de 1893. André jamais retornaria à Europa ou à sua terra natal. Seu precário estado de saúde e intenso abatimento pelo exílio cercou de mistério sua morte, aos 60 anos.

PRINCESA LUÍSA MAHIM

Nascida em data incerta no Golfo da Guiné, África. No início do século XIX, veio para o Brasil escravizada. Pertencia à tribo Mahi, da nação Nagô. Este povo era falante da língua Gbé, mesclada ao Yorubá, e era vítima dos caçadores de escravos do reino de Daomé. Já alforriada, trabalhava como quituteira. De seu tabuleiro saíam as mensagens em árabe que deram corpo à revolta. Esteve envolvida com a Revolta dos Malês (1835) e na Sabinada (1837-1838). Recusou o batismo e a doutrina Cristã. Em "Um defeito de cor", a protagonista relata: "Eu nasci em Savalu, no reino de Daomé, África, no ano de um mil oitocentos e dez". Apesar do romance ser baseado em fatos e pessoas reais, a obra é uma ficção. A protagonista retorna para a África e se torna uma rica empresária da construção civil e, já idosa, narra a tentativa de retorno ao Brasil, para reencontrar o filho perdido (Luiz Gama). Em uma carta a Lúcio de Mendonça, seu filho, Luiz Gama diz que a procurara em vão, e que a última notícia que tivera dela era que vivia entre "malungueiros". Mãe do poeta e advogado abolicionista, Luiz Gama, foi descrita pelo filho como uma africana livre, de baixa estatura, magra, bonita, preta retinta com dentes alvos, altiva, geniosa e nagô (como os africanos de origem Yorubá eram chamados na Bahia colonial). Segundo essa mesma fonte, Luiza teria chegado à Bahia como escrava, mas, na África, era uma princesa.

"SOU NEGRA MINA, SOU NAGÔ, SOU JÊJE, SOU PAGÃ E LIBERTÁRIA"

JOSÉ DO PATROCÍNIO

José do Patrocínio foi um importante abolicionista, jornalista e escritor negro brasileiro que lutou incansavelmente contra a escravidão e pela igualdade racial no país. Embora filho de uma escravizada (Justina do Espírito Santo), cresceu como liberto e, desde cedo, tomou consciência da situação precária em que se encontravam os negros no Brasil. Ainda na juventude, iniciou sua luta contra a escravidão, quando se tornou jornalista e começou a escrever artigos em defesa da abolição.

Ao longo de sua vida, se tornou um importante orador e ativista político. Sua luta o levou a participar de diversas manifestações e ações em prol da liberdade dos escravizados, como a fundação da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, entidade que editava o jornal O Abolicionista, principal periódico engajado na defesa do fim da escravidão.

Não por acaso, José do Patrocínio é um dos maiores símbolos da luta contra a escravidão e pela igualdade racial no Brasil. Sua atuação como jornalista, orador e ativista político foi fundamental para a conscientização da população brasileira sobre a importância da abolição da escravidão e para a conquista dos direitos dos negros no país. Seu legado é uma inspiração para todos aqueles que lutam pela justiça social e pela igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou origem social. Era chamado pelo povo de Tigre da Abolição e ajudou a criar diversas instituições que trabalhavam contra a escravidão.

O DRAGÃO DO MAR E A REVOLTA DOS JANGADEIROS

Francisco Nascimento, também conhecido como "Dragão do Mar", era um homem negro de descendência africana, se tornou símbolo do movimento abolicionista e líder dos jangadeiros cearenses que lutavam por sua liberdade. A escravidão, durante os fins do século XIX, já vinha sendo contestada por grupos sociais brasileiros e o Dragão do Mar foi um desses nomes. O interessante desse personagem é que o mesmo era respeitado, tanto pelos abolicionistas de sua época, como pelo Governo Brasileiro. Sua origem delata sua classe, segundo Tshombe Miles, de família humilde de mulatos jangadeiros livres. Ele também aprendeu o ofício de pescador. Nessa época, a ocupação de jangadeiros era aberta principalmente a homens de cor livre. Na pirâmide social brasileira, a atividade da pesca em jangada estava ligada à classe baixa e jangadeiros eram considerados ignorantes. No entanto, mesmo com esse status, os pescadores eram responsáveis por fazer os traslados de mercadorias, por isso, a ação do grupo de jangadeiros foi relevante para o fim da escravidão. Desde a primeira empreitada, o movimento já reunia números grandes para a época, eram cerca de mil pessoas. Ao final, cerca de 5 mil pessoas foram às ruas, o que é de se espantar, já que cerca de um quarto da população cearense lutou pela abolição. Segundo Miles "[...]essa foi a primeira vitória popular contra a escravidão bem-sucedida no Brasil". O que torna o Ceará mais importante na trajetória do fim da escravidão é que o estado aboliu a escravidão em 1884, quatro anos antes da data da abolição o Basil, em 13 de maio de 1888.

REVOLTA DOS MALÊS

A revolta dos Malês - revolta de escravizados africanos - eclodiu em 25 de janeiro de 1835 na cidade de Salvador - Bahia, nordeste do Brasil. Em Yorubá, malê significa mulçumano e assim foram chamados os protagonistas dessa luta, negros mulçumanos também conhecidos como nagôs na Bahia. Outros grupos islamizados, como os haussás, também participaram, porém, contribuindo com muito menor número de rebeldes. A revolta de caráter popular envolveu cerca de 600 homens, o que representa um contingente significativo de gente para a época. Os Malês se rebelaram, saíram às ruas com suas roupas típicas islâmicas, conhecidas como abadás, com seus paus e lanças, também panfletaram com dizeres que os senhores não conseguiam compreender, queimaram casas e igrejas.

Dentre os motivos da revolta: 1. A rebelião se punha contra o sistema escravista, de trabalho forçado, portanto, pretendia a abolição; 2. Questionava-se a respeito da imposição religiosa do catolicismo, pois as religiosidades dos malês vinham sofrendo diversas repressões religiosas, portanto, lutava-se contra a intolerância religiosa; 3. Reivindicavam os fins dos castigos físicos, dada as maneiras não-humanas em que eram tratados; 4. A alfabetização das crianças escravizadas, visto que elas não tinham esse direito. 5. A soltura do líder mulçumano - pacífico Licutan.

QUILOMBO DE CABO FRIO

Formado no final do século XVIII, o Quilombo de Cabo Frio se tornou um lugar e movimento de resistência de escravizados que por meio da fuga forjavam sua liberdade. Liderado por Joaquim e Maria, considerados rei e rainha pela comunidade, o Quilombo realizou ataques e saques na região da Vila de Cabo Frio, causando medo de uma revolta de escravos.

A resistência dos escravos era uma resposta constante à escravidão, sendo a formação de comunidades negras e as fugas as que mais ameaçavam as autoridades locais. Os quilombolas tinham plantações, mantinham relações com comerciantes locais e praticavam saques em propriedades.

A repressão ao Quilombo de Cabo Frio se tornou mais intensa após uma sucessão de saques e a morte de um soldado, encomendada por um comerciante aos quilombolas, o que levou a população local a denunciar o ocorrido, elevando assim as medidas de repressão ao Quilombo, incluindo expedições de capitães e tropas às matas.

Essas expedições levaram à captura dos principais quilombolas, incluindo a rainha Maria. O rei, porém, havia sido morto por seus próprios companheiros durante uma briga pela divisão dos espólios de um roubo. Apesar das expedições, o Quilombo não foi totalmente destruído, e novas expedições foram autorizadas em 1809.

Controverso ou não, o que é certo é que a existência do Quilombo de Cabo Frio, assim como tantos outros, representou uma ameaça ao sistema escravista e, não por acaso, foi alvo de diversas tentativas de repressão por parte das autoridades. A resistência dos quilombolas e a formação de Quilombos foram importantes formas de luta contra a escravidão no Brasil, contribuindo para a formação de uma cultura negra e afro-brasileira e inspirando outras lutas por liberdade.

RAINHA TEREZA DE BENGUELA

Tereza de Benguela – para além de líder do maior Quilombo – Quilombo do Piolho ou Quariterê – MT é uma rainha eternizada. Por sua coragem, bravura, todos os dias são de Tereza, entretanto, 25 de julho é o seu dia. Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra (Lei nº 2.987/junho/2014).

Com a morte de José Piolho, Tereza se tornou a líder do Quilombo e, sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas. Desafiadora de um sistema que insistia em ser escravocrata, Tereza era liberdade e equidade: assim o Quilombo do Piolho acolhia negros e povos originários, chegando a uma população de cerca de 100 pessoas. Em 1770, Tereza morreu ainda de causa desconhecida. Morreu? Não! Toda mulher negra é um pouco Tereza: fortes, obstinadas, veneráveis.

As mulheres carecem de negras que reforcem o orgulho de sua raça e de sua história.

REVOLTA DE VASSOURAS

A revolta de Vassouras, também conhecida como Revolta de Paty do Alferes, foi uma rebelião de escravizados que aconteceu em Vassouras, Vale do Paraíba fluminense, em 1838. A revolta foi uma reação dos escravizados à brutalidade e à opressão a que eram submetidos pelos seus senhores, que frequentemente cometiam atos violentos contra os cativos e saíam impunes. Com o assassinato do escravizado Camilo Sapateiro, cerca de 300 escravizados decidiram se rebelar, atacando a fazenda de seu antigo senhor. Eles se refugiaram na mata e formaram um Quilombo, liderado por Manuel Congo e Maria Crioula.

A revolta foi duramente reprimida pelas autoridades locais, que com a ajuda da Guarda Nacional, investiram em buscas e ataques aos revoltosos. Apesar de muito resistirem, quando descobertos, alguns escravizados foram mortos em confronto e outros capturados, sendo condenados a 650 chibatadas (sendo 50 chibatadas por dia). Manoel Congo acabou sendo condenado à morte e executado.

Embora tenha sido sufocada, a luta dos cativos pela liberdade e sua coragem tornaram-se um símbolo da resistência negra contra a escravidão. A liderança de Manuel Congo foi fundamental para a organização e mobilização dos escravizados, que buscavam uma mudança nas relações de poder da época. Não por acaso, o legado da Revolta de Vassouras e de Manuel Congo permanece vivo como um símbolo de resistência à escravidão e luta contra a opressão racial no Brasil.

MARIA FIRMINA DOS REIS

Nascida em 11 de outubro de 1825, em São Luís, Maranhão, filha de Leonor Fellipa dos Reis e neta de Engrácia Romana Paixão, ambas escravizadas alforriadas. Em 1847, passa a lecionar em Viamão. No início da década de 1880, funda a primeira escola mista e gratuita do Maranhão. Foi presença constante na imprensa local. Atuou como folclorista, preservando a cultura e a literatura oral. Como compositora, compôs o Hino à abolição da escravatura. "Úrsula" (1859) é o primeiro romance abolicionista, escrito por uma mulher negra, em português, em toda América Latina. Em 1861, lança "Gupeva", narrativa indianista e, em 1871, lança "Cantos à beira-mar", que aborda a subjetividade feminina diante do patriarcado do século XIX. Defensora da Abolição, em 1887, publica "A Escrava".

ZUMBI DOS PALMARES

A fértil floresta dos Palmares situava-se em Pernambuco, até a zona ao norte do curso do Rio São Francisco, em Alagoas. Os escravos negros fugitivos dos cativeiros para lá iam em busca de liberdade. Em 1643, Palmares já abrigava mais de 6.000 pessoas – o Quilombo não era constituído apenas por negros, mas também por "mulatos" e indígenas, na maioria fugitivos.

Embora nascido livre em Alagoas, Zumbi foi capturado aos 7 anos de idade e entregue de presente a um padre católico, que o batizou de Francisco. Com ele, aprimorou o português e aprendeu o latim. Porém, aos 15 anos, fugiu para o Quilombo e foi apadrinhado pelo seu principal comandante, o rei do Quilombo Ganga-Zumba.

Mesmo depois de negociada a paz com o governador, Ganga-Zumba foi assassinado, e Zumbi assumiu a chefia, negando-se a entregar os armamentos. Devido a isso e à cobiça dos bandeirantes, responsáveis pelo desbravamento das terras interioranas no Brasil, travou-se uma das guerras mais árduas e difíceis do país. Considerado general das armas, Zumbi contra-atacou e venceu as investidas de 1686 e de 1692. Encaminhou os palmarinos para um local mais seguro dentro do próprio Quilombo, onde poderiam se recompor para continuar na luta em defesa de suas terras. Porém, 2 anos depois, foi traído por um companheiro capturado por um capitão, que lhe prometeu a liberdade em troca da delação do esconderijo de Zumbi. O chefe herdeiro do trono do Quilombo dos Palmares, ao correr para abraçar o amigo, que havia tempo não via, foi apunhalado e morto.

Zumbi lutou bravamente para a liberdade dos negros e pela autonomia do Quilombo. O 20 de novembro, data divulgada de sua morte, ficou instituído como o Dia da Consciência Negra no Brasil.

"É chegada a hora de tirar nossa nação das trevas da injustiça racial"

PRINCESA ZACIMBA GABA

Era princesa de Cabinda, em Angola, que comandou seu povo numa guerra contra a invasão portuguesa na região costeira. Cabinda, na década de 1690, dizimada pelas tropas portuguesas e seus sobreviventes foram capturados e mandados ao Brasil como escravos. No Espírito Santo, Brasil, ela foi vendida junto a 12 de seus súditos ao fazendeiro português José Trancoso. No campo de trabalho, Zacimba foi cruelmente castigada por não se submeter às ordens do senhor.

Zacimba também sofria ao ouvir os lamentos de seu povo sendo cortado no chicote, amarrado no tronco e levado aos ferros, durante os anos que se passaram. Com o passar do tempo, a jovem princesa, aprisionada na Casa Grande, sob ameaças, castigos e sendo violentada pelo fazendeiro e pelo capataz, crescia e tomava coragem para enfrentar, sozinha, o senhor.

Uma das armas mais poderosas e silenciosas que os escravos usavam contra os senhores ou feitores que lhes impunham castigos desumanos e humilhantes era o envenenamento.

Os senhores daquela época, até pegarem confiança em quem preparava a comida, obrigava os escravos a experimentarem tudo primeiro. Se não acontecesse nada, o senhor comia. Para não envenenar ninguém do seu povo, Zacimba levou anos para conseguir finalizar o seu plano.

Um dia aconteceu, o senhor da fazenda caiu envenenado, e logo ela deu a ordem para os escravos da senzala invadirem a fazenda. Todos os torturadores foram mortos e a família do senhor da fazenda foi poupada. Zacimba fugiu junto com os outros negros e criou seu próprio Quilombo.

Mas Zacimba não esqueceu de seu povo que ainda era escravizado e passou o resto da sua vida libertando os escravos, atacando os navios negreiros que os traziam como prisioneiros. Morreu como uma princesa guerreira, invadindo um navio para libertar seu povo.

CONCLUSÃO

Esse pequeno livreto tem a intenção de trazer um pouco dos muitos que antecederam a Lei Áurea, que deram suas vidas e lutaram bravamente por libertação. São heróis e lutas esquecidas que tão pouco a história conta.

Que seja instrumento de política pública afirmativa, para a informação e processos de reflexão e conscientização.

Que seja uma provocação para a busca do conhecimento da história e uma mudança social para uma sociedade mais do que não racista, mas uma sociedade com pessoas de atitudes antirraciais.

Que a política afirmativa comece com o meu ser social, enquanto pessoa que não tolera preconceitos e adota comportamento inclusivo e antirracista.

Que seja instrumento, ainda que singelo, de uma transformação nas políticas públicas que pensam a favor dos mais vulneráveis, adotando ações afirmativas voltadas para a minoria e para o processo de valorização, acesso e permanência, que seja transformação para a conquista de uma cultura de paz.

Prof.ª Maria Aparecida Pedroso Rocha Pena

REFERÊNCIA

188 anos da revolta dos malês. Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/188-anos-da-revolta-dos-males>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

Aqualtune (séculos-XVI-XVII). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/aqualtune-seculos-xvi-xvii/>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

ARRAES, Jarid. Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis. Ed. Pólen. 2017
A luta esquecida dos negros pelo fim da escravidão no Brasil. British Broadcasting Corporation, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapela-abolicao>. Acesso em: 26 de mar. de 2023.

A Revolta dos Balaios: o movimento e a repressão da Regência. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/9929-a-balaiada-a-prov%C3%ADncia-do-maranh%C3%A3o-entre-1838-e-1841>. Acesso em: 26 de mar. de 2023.

Balaiada: retalhos da nossa história. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/12/14/balaiada-retalhos-de-nossa-historia/>. Acesso em: 26 de mar. de 2023.

BRASIL. [Lei Federal nº 13816/2019]. Projeto de Lei 3088/2015. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1389713&filename=PL%203088/2015 Acesso em: 12 jan. 2023.

DRAGÃO do Mar: o jangadeiro que acelerou o fim da escravidão no Ceará. Observatório do Terceiro Setor, 2021. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/historia/dragao-do-mar-o-jangadeiro-que-acelerou-o-fim-da-escravidao-no-ceara/>. Acesso em: 30 de mar. de 2023.

Enciclopédia Negra: Biografias afro-brasileiras. GOMES, Flávio dos Santos. LAURIANO, Jaime. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cia das Letras. SP. 2021.

GARCIA, Maria Fernanda. A Princesa de Angola escravizada no Brasil que lutou por seu Povo. História, 2018. Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/noticias/a-princesa-de-angola-escravizada-no-brasilque-lutou-por-seu-povo/>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva. Luiza Mahin: uma rainha africana no Brasil. Rio de Janeiro :CEAP, 2011.

Irmãos Rebouças: os engenheiros que fizeram história em Curitiba. Câmara Municipal de Curitiba, 2012. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/irmaos-rebouccas-os-engenheiros-que-fizeram-historia-em-curitiba-1>. Acesso em 26 de mar. de 2023.

Luiza Mahin (século XIX). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: https://www.ufrgs.br/africanas/luiza-mahin-seculo-xix/>. Acesso em: 27 de mar. de 2023.

Maria Firmina Reis. Literafro, 2023 Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

Os Heróis no Panteão da Pátria. Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/4163/construcao_memoria_2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 de mar. de 2023.

O Abolicionista José do Patrocínio. Biblioteca Nacional Digital, 2021. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-abolicionista-jose-do-patrocinio/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

O Abolicionista – Órgão da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Biblioteca Nacional Digital, 2018. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-abolicionista-orgao-da-sociedade-brasileira-contra-a-escravidao/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Quem foi Luiz Gama. Instituto Luiz Gama. Disponível em: <https://institutoluizgama.org.br/luiz-gama/>. Acesso em: 24 de mar. de 2023.

Quilombo de Cabo Frio. Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/quilombo-de-cabo-frio/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

Quilombos e Revoltas de Escravos. Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3537&Itemid=359>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. Dicionário da Escravidão. Rio de Janeiro, Léo Christiano Editorial Ltda, 1997.

Tereza de Benguela: a escrava que virou rainha e liderou um quilombo de negros e índios. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacecult/noticias/220-tereza-de-benguela-a-escrava-que-virou-rainha-e-liderou-um-quilombo-de-negros-e-indios>. Acesso em: 30 mar. 2023.

Tereza de Benguela: identidade e representatividade negra. Universidade de Estado do Mato Grosso, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reacl/article/view/4113>. Acesso em: 30 mar. 2023.

Wikipedia.org (https://pt.wikipedia.org/wiki/Dandara_dos_Palmares)

CONSELHO MUNICIPAL
DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA
COMUNIDADE NEGRA

SECRETARIA DA
MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS

Prefeitura de Pindamonhangaba
www.pindamonhangaba.sp.gov.br